

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.949 - CE  
(2018/0284181-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARA  
CODECE  
**ADVOGADOS** : FERNANDO PEREIRA NEDEHF - CE015325  
TEREZA CRISTINA ADRIANO - CE023803  
MARIA LINDALVA SANTIAGO - CE004175  
**AGRAVADO** : SOLPOENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES  
LTDA  
**ADVOGADOS** : LENNON DE ARAÚJO FÉLIX - CE019276  
DIEGO WILLAN LEITE DO VALE - CE030355

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. HONORÁRIOS RECURSAIS. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o recuso cabível contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial é o agravo do art. 1.042 do CPC/2015. Assim, a oposição de embargos incabíveis, no Tribunal de origem, não interrompe o prazo para interposição do agravo em recurso especial.
2. O percentual fixado pela Presidência do STJ, a título de honorários recursais, mostra-se razoável e adequado (15% sobre o valor já arbitrado) eis que, em conformidade com o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, não merece reforma.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa (Presidente), Gurgel de Faria, Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator